

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

De acordo com as notícias vindas a público, os agentes da PSP do Porto que se deslocaram à paragem de autocarros do Bolhão, onde Nicol Quinayas estava a ser violentamente agredida por um segurança da empresa «2045», só fizeram a participação da ocorrência três dias depois. A Direção Nacional da PSP confirmou a um jornal nacional que a data do auto que foi elaborado é de 27 de junho, quando os factos sobejamente conhecidos datam da madrugada de 24 de junho. Mas não quis tecer comentários.

Cientes de que as terríveis agressões de índole racista serão investigadas pelo Ministério Público, importa indagar em que termos irá o Ministério da Administração Interna proceder relativamente ao comportamento das autoridades policiais na resposta ao incidente perante a evidência da gravidade dos factos.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais pergunta-se:

1. Tratando-se de um crime público, por que motivo o registo da ocorrência não foi imediatamente efetivado?
2. Que diligências foram tomadas no sentido de se apurarem o mais rapidamente responsabilidades?
3. Que medidas preventivas têm vindo a ser tomadas no sentido de combater eventuais práticas de motivação racista no seio das forças de segurança e das empresas de segurança privada?

Palácio de São Bento, 28 de junho de 2018

Deputado(a)s

ISABEL ALVES MOREIRA(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)

ELZA PAIS(PS)

SUSANA AMADOR(PS)

Deputado(a)s

GABRIELA CANAVILHAS(PS)

CATARINA MARCELINO(PS)